

**POLITICA SOCIAIS E POBREZA ECONÔMICA
EXPERIÊNCIA BRASILEIRA: o caso do norte do Estado de Minas
Gerais, Brasil.**

**LA POLITIQUE SOCIALE ET LA PAUVRETÉ ÉCONOMIQUE
DANS L'EXPÉRIENCE BRÉSILIENNE: le cas du Nord de L'État de
Minas Gerais, au Brésil.**

Elicardo Heber de Almeida Batista
Rosângela Ap. de Medeiros Hespanhol

Universidade Estadual Paulista - UNESP - Presidente Prudente
elicardoheber@yahoo.com.br
medeirosshespanhol@gmail.com

RESUMO

Este trabalho centra-se nas mudanças sociais, econômicas e culturais que têm ocorrido no Brasil ao longo da década de 1990 e no início do século XXI, tendo como parâmetro investigativo o Programa Bolsa Família (PBF), uma ação do governo brasileiro de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza (econômica), e numa unidade da federação brasileira específica: o Estado de Minas Gerais, Brasil. Nesse sentido, o texto objetiva como questão central mapear e explicitar políticas públicas de combate à pobreza a partir de um estudo de caso, o estado de Minas Gerais, e seus possíveis impactos nos meios, modos, ritmos e condições de vida das populações rurais que são classificadas pelo governo brasileiro como *pobres*. A partir da produção dos dados, baseado em metodologia qualitativa (entrevistas e história de vida), serão apresentados os processos sociais de famílias rurais mineiras que não possuem um rendimento fixo e que recorrem, sobretudo, a um conjunto de políticas públicas e múltiplas fontes de rendimentos agrícolas, não-agrícolas e os benefícios sociais, sobretudo aposentadoria rural, pensões e *bolsa família* como tentativa de suas condições materiais de existência e como elas interferem nos projetos de vida dessas famílias e na própria possibilidade (ou não) da saída desses grupos familiares de uma condição de pobreza (material e econômica) e na própria permanência dessas famílias ou indivíduos em suas localidades de origem.

Palavras-Chave: Políticas públicas, pobreza rural, famílias rurais, Norte de Minas Gerais, Brasil.

RESUMÉ

Ce travail se concentre sur les changements sociaux, économiques et culturels qui se sont passés au Brésil au cours de la décennie de 1990 et au début du XXI^e siècle, ayant comme un paramètre d'enquête, « *Programa Bolsa Família* » (en français, Programme Bourse Familiale), une action du gouvernement brésilien à transfert direct des revenus

qui profitent aux familles en situation de pauvreté et d'extrême pauvreté (économique), et une unité de fédération brésilienne spécifique : l'état de Minas Gerais, sud-est du Brésil. En ce sens-ci, le texte vise comme une question centrale à cartographier et expliquer des politiques publiques de lutte contre la pauvreté depuis une étude de cas de l'état de Minas Gerais, et leurs impacts possibles sur les moyens, les modes, les rythmes et les conditions de vie des populations rurales sont classés comme pauvres par le gouvernement brésilien. À partir de la production des données, basée sur des méthodes qualitatives (des interviewees et de l'histoire de la vie), les processus sociaux des familles rurales de l'état de Minas Gerais qui ne disposent pas d'un revenu fixe et font appel principalement à un ensemble de politiques publiques et de sources multiples de revenus agricoles, non-agricoles, et les bénéfiques sociaux, principalement comme la pension rurale, les pensions générales et la *bourse familiale* sont présentés comme un effort de conditions matérielles de leur existence et leur impact sur les projets de la vie de ces familles-là et dans la propre possibilité (ou non) de la sortie de ces groupes familiaux d'une pauvreté (matérielle et économique) et dans la propre permanence de ces familles-là ou des individus dans leurs localités d'origine.

Mot-clé: Politiquessociaux, pauvreté rurale, familles rurales, Brésil.

Introdução

No início do século XXI o cenário econômico brasileiro foi marcado por um crescimento econômico “após quase três décadas de estagnação”, (SAMPAIO JR, p.679), um aumento do poder aquisitivo da população brasileira e uma melhora nos indicadores relativos à distribuição de renda do trabalho. A elevação do valor real do salário mínimo e a massificação de programas de transferência direta de renda para famílias pobres economicamente, o aumento das ocupações formais e o crescimento do consumo financiado em grande parte em decorrência do endividamento das famílias brasileiras dentre outros, tem sido alguns dos indicadores que apontam para um ciclo de desenvolvimento no Brasil.

Na estrutura social nacional há afirmações referentes ao surgimento do que é denominada de uma nova classe média (agrupada quase que exclusivamente pelos níveis de consumo e rendimento) e, em grande medida, esse grupo social é composto por indivíduos e famílias que saíram de uma condição de pobreza (NERI, 2012).

Considerando a perspectiva de Neri, no início do século XXI houve e está em decurso no país um processo contínuo de inclusão social. A classe média e, sobretudo a Classe C, corresponderia, nesse cenário, a maior parte da população brasileira. Se em 2003, 54,8% da população estavam classificadas nos grupos correspondentes às classes D e E, ou seja, “Classe Baixa” e 37,8% da população era correspondente à Classe C, ao longo dos anos 2000, houve certo alargamento do número de famílias e indivíduos pertencentes à classe C. Dessa forma, em 2009, a classe média C já correspondia a 50,4% da população, enquanto que a baixa passou a representar 38,9% da população total do país. Um dos principais fatores que ajudaram a configurar esse cenário social e econômico decorre do fato que na realidade brasileira os mais pobres tiveram um incremento em seus rendimentos, crescendo quatro vezes e meia mais que os rendimentos dos mais ricos no período entre 2003 e 2009.

Entretanto, entende-se que um dos problemas relativos aos dados acima apresentados é que Neri segue a mesma ideia de classe média que a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), órgão pertencente à Presidência da República brasileira. Para o governo brasileiro, classe média representa um grupo social com renda per capita entre R\$291 e R\$1.019. Qualquer grupo social que tem um rendimento per capita acima de R\$1.019 é considerado como classe alta. Como um grupo intermediário entre os 50% mais pobres e os 10% mais ricos, a “classe media C” representa um grupo auferido a partir de seus rendimentos. Se considerarmos essa classificação, uma empregada doméstica¹ que trabalha informalmente 6 dias por semana, recebe 300,00 reais mensais e reside sozinha pode ser considerada classe média.

POCHMANN (2012), por sua vez, tem uma nova leitura sobre esses processos sociais e econômicos que estão em decurso no país. Conforme o autor, no início do século XXI houve no Brasil um crescimento de empregos, sobretudo no setor de serviços, que pagam até um salário e meio (47,8% do total dos empregados no Brasil) em detrimento dos empregos que pagam maiores salários. Se houve no Brasil um crescimento exponencial de ocupações formais (94 % do trabalho criado entre 2004 e 2010), sobretudo nos setores com remuneração próxima ao salário mínimo, não raro, as diferentes formas de inserção de indivíduos no mercado de trabalho foi e é marcado por uma precariedade, como exemplo, por ser marcada por uma alta rotatividade de trabalhadores a partir da demissão de pessoas com salários mais altos e a contratação de novos empregados com salários mais baixos. Ao analisar o trabalho na base da pirâmide social brasileira, POCHMANN afirma que “[...] a força dos novos segmentos da classe trabalhadora na base da pirâmide social nos impede de a identificarmos como uma nova classe social, muito menos como classe média no país.” (POCHMANN, 2010, p. 123).

Ainda que se considerasse que o Brasil é um país de classe média é bastante expressivo o número de famílias e indivíduos que são reconhecidos pelo próprio governo brasileiro como pobres ou miseráveis (ou os pobres dos mais pobres). No Brasil há um conjunto de políticas e propostas que surgem de distintas iniciativas com intuito de eliminação de uma pobreza econômica persistente, seja por parte de iniciativas privadas, do setor terciário (representado por grupos que não são o governo, nem a iniciativa privada, ou seja, não se submetem a uma lógica de mercado ou uma lógica governamental) e o poder público (e suas diversas instâncias governamentais).

O lançamento no ano de 2011 do **Brasil sem Miséria**, programa social do governo federal brasileiro, com o objetivo de retirar da pobreza 16,2 milhões de pessoas que vivem com menos de R\$ 70 por mês e são reconhecidos como os pobres em situação extrema, representa o reconhecimento da existência de miseráveis e seus efeitos inerentes no país, sobretudo, a fome e a dificuldade de acesso a determinadas infraestruturas sociais, como exemplo, saúde e educação.

Conforme os próprios dados do governo brasileiro há no país 16,27 milhões de pessoas que vivem em condições de extrema pobreza, ou seja, 8,5% da população nacional (MDS, 2013). Desse total, 4,8 milhões têm renda nominal mensal domiciliar igual à zero, e 11,43 milhões possuem renda de R\$ 1 a R\$ 70. Considerando que 15,6%

¹ Poderemos utilizar outros exemplos. O exemplo citado no texto refere-se à realidade de uma trabalhadora do lar no Norte do Estado de Minas Gerais. Apesar da proposta de emenda à Constituição que amplia os direitos das empregadas domésticas, conhecida como PEC das Domésticas, promulgada no ano de 2013, ainda é considerável o número de trabalhadores informais que desenvolvem essa função. Ao longo da pesquisa de campo no Norte de Minas Gerais, todas as empregadas domésticas (em grande parte chefes de família) trabalhavam informalmente

da população brasileira residem no meio rural, 46,7% das pessoas na linha de extrema pobreza residem em áreas rurais. Para o caso brasileiro, a linha de pobreza é definida a partir do recorte de renda estabelecendo R\$ 70,00/mês² per capita considerando o rendimento nominal mensal domiciliar. Ou seja, as iniciativas de combate à pobreza apropriam de dados estatísticos/ quantitativos para tomar decisões relativas aos grupos sociais focos de determinadas políticas públicas.

Dessa forma, os rendimentos per capita (ou a ausência desses rendimentos) são utilizados para a definição do fenômeno da pobreza e na identificação de quem são os pobres. Na realidade brasileira, há um processo de ampliação de políticas públicas, sobretudo as políticas sociais, com o foco na base da pirâmide social brasileira com o objetivo, sobretudo, de erradicar a extrema pobreza (econômica) no país. Nesse cenário há a proposta do “Brasil sem Miséria”, uma ação conjunta dos governos federal, estaduais e municipais na tentativa de erradicar a pobreza e a miséria no país, como exemplo o “Programa Bolsa Família” e o programa brasileiro de habitação “Minha Casa, Minha Vida”.

No início do século XXI, houve na realidade brasileira, uma ampliação de políticas públicas e, de forma bastante expressiva, as políticas de caráter social, que abrangem todo o território nacional, como por exemplo, o Programa Bolsa Família (PBF), conforme citado anteriormente. O Programa Bolsa Família (PBF) é uma política de transferência de renda que tem como público alvo grupos familiares que detêm um rendimento per capita inferior a R\$ 70,00 mensais. Como o maior programa de transferência de renda do mundo e com orçamento de quase 24 bilhões de reais, ou seja, equivalente a 0,5 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) do país, beneficia 13,8 milhões de pessoas, o que representa cerca de 50 milhões de pessoas.

Entre os formuladores de políticas públicas no país, como do Programa Bolsa Família, como exemplo emblemático, é bastante comum a fixação de renda para definir uma “dimensão da pobreza” e calcular as medidas agregadas a essa categoria. Para a definição do acesso a recursos e determinadas políticas sociais, o rendimento de um grupo familiar é o indicador sintético de uma situação social e econômica dos grupos sociais que são entendidos enquanto *pobres*. Os indivíduos ou as famílias pobres são definidos em termos de renda (nesse caso a ausência de um rendimento e, conseqüentemente, de fraco poder de consumo), e de condições de vida marcada por carências materiais e um conjunto de elementos básicos para a própria existência digna desses grupos sociais, como energia elétrica, água encanada, instalações sanitárias, entre outros bens.

Os Programas de transferência de renda são políticas sociais recorrentemente empregadas para combater e reduzir a pobreza e têm como finalidade, em médio prazo, contornar problemas decorrentes da pobreza e, em período maior, investir no capital humano, quebrando um ciclo intergeracional de pobreza (DUARTE ET AL., 2008). Entende-se por políticas sociais um subconjunto de políticas públicas relacionadas às ações que determinam padrões de proteção social e que decorre da distribuição de benefícios sociais no intuito de diminuir desigualdades estruturais decorrentes da trajetória de desenvolvimento econômico (CASTRO ET AL., 2009). Usualmente, essas políticas sociais incidem nas áreas de educação, saúde, habitação, saneamento, entre outras, e são executadas sob a responsabilidade do Estado.

O Programa Bolsa Família (PBF) tem três objetivos centrais: I) alívio imediato da miséria/ pobreza (transferência de renda), e certamente esse é o objetivo mais

²Conforme cotação de 29/09/2013 R\$ 70,00 equivalem a €21,72 (Banco Central do Brasil).

conhecido do referido programa; II) reforçar o exercício de direitos sociais basilares, com o objetivo de contribuir para a ruptura de um ciclo intergeracional da pobreza (condicionalidades como, por exemplo, manter jovens e crianças matriculadas e frequentando a escola, as famílias devem manter atualizado o cartão de vacinação e as gestantes realizarem o pré-natal, dentre outros); III) apoio à geração de oportunidades para o desenvolvimento das famílias (ações complementares). O benefício tem uma variação referente ao seu valor mínimo de R\$ 32,00 até um valor máximo de R\$ 306,00.

O PBF têm três modalidades: I) o Benefício Básico, que é destinado às famílias com renda per capita de até R\$ 70,00, e é disponibilizado um valor de R\$ 70,00; II) o Benefício Variável que se destina às famílias com crianças e adolescentes entre 0 e 15 anos e recebem R\$ 35,00 por criança/adolescente, podendo cada família ter no máximo três beneficiários (valor máximo de R\$ 160,00); III) o Benefício Variável Vinculado ao Adolescente, direcionado as famílias com adolescentes entre 16 e 17 anos, cujo valor a ser pago por adolescente é de R\$ 38,00 – uma família pode ter no máximo dois beneficiários (valor máximo de R\$ 76,00). E Benefício Variável de Caráter Extraordinário (BVCE) que é pago às famílias antes beneficiárias dos Programas Auxílio-Gás, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Cartão Alimentação. O valor do benefício varia conforme cada caso.

Nesse sentido, o programa Bolsa Família é baseado em uma espécie de tripé: benefícios de transferência de renda, acompanhamento das condições fundamentais para manter o acesso aos benefícios e conjunto de iniciativas complementares de apoio às famílias de baixa renda, como Luz para Todos, Brasil Alfabetizado, Farmácia Popular, Brasil Sorridente e Minha Casa, Minha Vida. Em 2012 foi criado o benefício de Superação de Extrema Pobreza, destinado às famílias que permanecem em situação de extrema pobreza, mesmo recebendo outros benefícios do programa. Nesse sentido, o valor varia de acordo com as condições de cada família.

Políticas sociais e os impactos regionais: experiências locais no Brasil

No cenário brasileiro, o Estado de Minas Gerais é um caso bastante emblemático no sentido das desigualdades regionais. Há acentuadas diferenciações entre as macrorregiões desse estado, como por exemplo, nas dinâmicas do mercado de trabalho (formal), oportunidades de emprego e renda, oferta de infraestrutura educacional, saneamento básico, água tratada, rede de esgoto etc. O norte do Estado de Minas Gerais, uma região de planejamento, pode ser caracterizada pelo pouco dinamismo socioeconômico³, altos índices de carências sociais e materiais e considerável parcela de sua população residindo no meio rural, trabalhando em atividades consideradas agrícolas (em grande parte produção para o autoconsumo). Essa região tem se estabelecido como uma espécie de “viveiro de migrantes”, com o deslocamento de parte da população dali oriundos para as mais diversas cidades do Brasil.

³Se considerarmos o Produto Interno Bruto (PIB) como um indicador sintético dessa assimetria regional, observa-se que no ano 2001 as macrorregiões Noroeste, Norte e Jequitinhonha/Mucuri ocupam 31% do território mineiro, mas respondiam por apenas 7% do PIB estadual. Por outro lado, as macrorregiões Central, Triângulo e Sul ocupando um território consideravelmente menor produziam 66% do PIB de Minas Gerais no ano de 2001 (ALEMG, 2001). O Norte do Estado de Minas Gerais, região de 1,6 milhões de habitantes, possui um PIB de pouco mais de 7,5 bilhões de reais, menor que o PIB de Uberlândia (cidade do Triângulo Mineiro), cidade com uma população de 600 mil habitantes e um PIB próximo a 10 bilhões de reais (FJP, 2010). Os menores IDHS do estado de Minas Gerais encontram-se em sua maioria nas cidades das macrorregiões Norte e Jequitinhonha, com índices entre 0,568 a 0,707

A expressiva saída de famílias e indivíduos de suas localidades de origem em direção, sobretudo as médias e grandes cidades brasileiras, pode ser entendida como um elemento indicador do processo de desruralização. A realidade social e econômica é marcada pelo pouco dinamismo na geração de emprego e renda, forte presença do poder público com políticas de transferência de renda, intensa mobilidade espacial de sua população, carências de bens materiais e de infraestrutura social. Nesse ambiente socioeconômico, a presença, sobretudo nos últimos 10 anos do poder público estadual com determinadas políticas, como exemplo o “Minas sem fome”; de prefeituras locais, como as de habitações rurais (melhorias das residências) e políticas federais, como o Programa Luz Para Todos e o próprio Bolsa Família (PBF), tem interferido nas condições, nos modos e meios de vida das famílias rurais pobres (economicamente).

A chegada do poder público em regiões brasileiras menos assistidas, com determinadas políticas públicas, tem resultado nesses universos sociais um comportamento emergente, com indicativos de uma melhora significativa nas condições de vida das famílias. Posteriormente iremos apresentar evidências empíricas que possibilitam sustentar tal afirmação.

As políticas públicas e, sobretudo as políticas sociais, interagem no espaço e dentre um conjunto de efeitos socioespaciais e repercutem positivamente no modo de viver dessas pessoas, possibilitando a compra, como exemplo, de alimentos para aqueles grupos familiares que não raro eram privados do consumo de alimentos pela ausência de um rendimento monetário.

Nos últimos anos⁴, a diminuição da miséria e da pobreza (fenômeno socioeconômico ainda persistente) e uma relativa melhora nas condições de vida das famílias pobres foram viabilizadas porque houve, simultaneamente, uma intensificação da atuação do poder público mediante políticas estruturais que possibilitaram às famílias o acesso à energia elétrica, água encanada e tratada, melhoria nas condições de moradia, inclusive com a construção de banheiros privativos – e “injeção” de dinheiro por meio de benefícios sociais, o que promoveu aumento quantitativo no número de bens das famílias (fenômeno mais visível no caso dos aposentados rurais) e nos aspectos relativos à alimentação. Entre as famílias pobres, quanto maior o “braço” do estado no interior de seus lares, mais significativa foi essa melhora das suas condições de vida, seja através do Programa Bolsa Família ou de outras fontes de rendimento como a aposentadoria rural (que é baseado no salário mínimo nacional) ou o recebimento de diversos benefícios sociais por um ou mais membros de uma mesma família. Esses benefícios sociais possibilitam a expansão do poder de compra de bens duráveis e de alimentos das famílias mais pobres, o que impacta diretamente seus meios, modos e condições de vida.

A diversificação das fontes de rendimentos das famílias, inclusive com fonte de rendas não diretamente ligada à produção animal e vegetal (atividades não-agrícolas), tem interferido no sentido de melhora nas condições de vida dessas pessoas e famílias, ainda que sejam trabalhos amplamente informais, como mercadinhos, açougues, lojas de materiais de construção, dentre outros. Os rendimentos não-agrícolas constituem importante mecanismo de redução da pobreza.

Entre os benefícios sociais, apesar do amplo grau de cobertura do Programa Bolsa Família, é a previdência rural e as pensões que têm de forma mais significativa impactado na melhora das condições de vida das famílias pobres residentes no meio rural por ter seu valor atrelado ao salário mínimo. Os aposentados rurais tem sido um

⁴ Entende-se por últimos anos o período temporal posterior a década de 1990.

importante elemento para a garantia da reprodução social do seu próprio grupo doméstico. A melhoria nas condições de vida de famílias *de e com* idosos é perceptível tanto por indicadores de rendimento quanto pela posse de bens de consumo, o que repercute nos níveis de conforto de todo o seu grupo familiar. O Programa Bolsa Família, além de atender uma porcentagem significativa das famílias em condições de pobreza ou extrema pobreza, agrega maior volume de recursos para as economias locais e são importantes para a dinamização econômica dos municípios norte mineiros.

De imediato, o Programa Bolsa Família não tem provocado significativa melhora nas condições de vida das famílias, embora tenha melhorado expressivamente suas condições de alimentação. Ao possibilitar uma melhoria nas condições de vida de famílias pobres residentes em localidades menos favorecidas, por exemplo, pela ausência de um mercado de trabalho formal dinâmico, as políticas sociais têm repercutido positivamente no condicionamento da permanência dessas pessoas em suas localidades rurais de origem. Esse processo é bastante relevante considerando que na parte Norte do Estado de Minas Gerais a migração é um fenômeno cultural local.

Meios de vida e trajetórias familiares

Quais são os meios, modos e condições de vida das famílias que são entendidas pelo governo brasileiro como pobres? Entre os grupos sociais considerados como pobres há uma grande diversidade de condições materiais de existência.

No geral, o ciclo de vida familiar é um importante elemento que interfere em suas trajetórias e condições de vida, especialmente o ciclo de vida doméstico: famílias com muitas crianças, com aposentados, com membros que trabalham ou que apenas recebem ajuda financeira do governo possuem diferentes condições materiais de existências. Distintas trajetórias (familiar, escolar e profissional), apontam para diferentes possibilidades ou não de saída de uma condição de pobreza material e monetária.

Em uma região onde há um mercado de trabalho formal pouco dinâmico, as atividades e os rendimentos não-agrícolas oriundos de trabalhos informais, como exemplo, comerciantes, podem interferir na mobilidade social (mudança na estrutura social) e uma melhoria nas condições de vida. As aposentadorias rurais e pensões são outros elementos condicionantes do processo de melhoria das condições de vida desses grupos familiares. No geral, as atividades e os rendimentos não agrícolas ao ampliar o campo de possibilidade dos grupos domésticos também condicionam a permanência de pessoas ou famílias na “roça” (como local de morada e trabalho); e também como os rendimentos das atividades não-agrícolas podem propulsionar a saída (migração) de pessoas, mas em condições diferenciadas como a saída de jovens para as cidades médias (sobretudo Montes Claros) para darem continuidade aos estudos⁵ como parte dos projetos familiares, como o caso das famílias de classe média residentes nas cidades pequenas ou nas localidades rurais no Norte do Estado de Minas .

Com a chegada das políticas sociais no espaço intra-doméstico de famílias consideradas pobres, como exemplo o Programa Bolsa Família, a primeira interferência desse rendimento é na própria dinâmica familiar e, conseqüentemente, na alteração da economia doméstica com o aumento do poder de consumo e na quantidade alimentos

⁵ Saída de jovens para estudar em escolas particulares (ensino médio) ou no ensino superior.

adquiridos em mercadinhos existentes nas sedes urbanas dos municípios e nas sedes dos distritos e povoados existentes nas localidades norte mineiras.

Mesmo considerando que a pobreza é uma palavra que encobre aspectos pluridimensionais, estamos tratando de sociedades que não raro enfrentaram o problema da fome. Dentre as diversas privações que traz a pobreza econômica é um consenso entre os estudiosos desse fenômeno socioeconômico que a fome é uma de suas faces mais duras. Entre as sociedades rurais, onde há uma forte produção para o autoconsumo e não raro uma perda de toda a produção, dentre diversos fatores em decorrência a seca, as transferências de renda tem um forte peso por propiciar recursos monetários que possibilitam a compra de alimentos.

Dentre as famílias norte mineiras visitadas, o Bolsa Família é uma fonte de renda complementar à de outros trabalhos, como na roça ou de outros benefícios sociais (aposentadoria e pensões). No entanto, para famílias em condição de extrema pobreza, o PBF é a única fonte de renda, inclusive famílias proprietárias de terra que não conseguem obter uma renda da terra.

Considerando a fase do ciclo familiar, grupos domésticos com um grande número de dependentes (sobretudo crianças), o grupo familiar é mais vulnerável à pobreza econômica. No lado oposto, em comunidade rurais ou grupos domésticos onde há um menor número de membros dependentes de um membro do grupo familiar, um maior número de pessoas trabalhando ou idosos aposentados, menor é a incidência de pobreza. A existência de idosos aposentados no mesmo espaço intra-doméstico nesse cenário social retratado acaba por ser um dos principais fatores que impulsionam a saída do grupo familiar de uma condição de pobreza, sobretudo se não há muitos dependentes. O ciclo de vida familiar é um dos elementos que auxiliam na compreensão das condições de vida das famílias. Analisando as trajetórias sociais desses grupos, diversas famílias com um passado marcado por privações de acesso a alimentação, como exemplo, atualmente encontram-se em situações mais confortáveis. No caso dessas famílias, “o tempo da fome” e da “necessidade” corresponde ao período em que havia muitos dependentes, geralmente muitas crianças. Com a migração de alguns indivíduos ou a mudança de residência após o casamento de outros filhos, os que permanecem na residência, conseguem melhora em suas condições de vida, seja pelo trabalho, seja pelo acesso a determinados benefícios sociais, sobretudo as aposentadorias e pensões.

Por atender um maior número de famílias, o Programa Bolsa Família tem um forte impacto no próprio imaginário social e é apontado com um fator de melhoria em suas condições de vida. Mentalmente há uma divisão temporal pelos beneficiários do PBF, que dividem o tempo em “antes” e “depois” dessa política social. O antes é apresentado como o tempo da necessidade, da falta do que comer (tempo da fome). Mesmo que o Bolsa Família seja um complemento, e temporário, é uma renda insuficiente para suprir todas as necessidades da família, mas permite que a família não passe mais fome. Como afirma Luzia, mãe de três filhos:

“Tinha época na região que tinha pessoas que passava necessidade. Eu já passei necessidade também, já passei fome, já faltou tudo, não tinha nada pra comer. O Bolsa Família ajuda demais. Sempre faltava alguma coisa em casa, faltava comida. Depois do Bolsa Família é difícil faltar comer. É comida simples, de pobre, mais tem. O dinheiro é pouco. É um pouco que ajuda muito. Serve muito. Com o dinheiro do BF, compro coisas pra casa, coisas pra comer principalmente. Pago água e luz e ainda comprei um sofá no boleto” (Luzia, 32 anos, não proprietária da terra).

Uma palavra muito presente nas falas é “ajuda”, que tem diversos significados, que variam conforme quem ajuda e quem é ajudado. Antes da implementação do Programa Bolsa Família, a palavra ajuda referia-se à família. No tempo de maior necessidade, a família (tios, tias, irmãos casados residentes em outra unidade familiar) ajudava os que necessitavam, fornecendo principalmente alimentos. Com a “ajuda do governo”, principalmente o Bolsa Família, que atende maior número de famílias, houve nos casos pesquisados uma menor necessidade de “ajuda da família”. O relato de Margarida, uma chefe de família, viúva e não proprietária de terra, exemplifica bem os contextos da palavra ajuda: a ajuda da família e a ajuda do governo.

“Antigamente a família passava necessidade e era minha família que ajudava. Minha tia dava um pouco de coisa, minha mãe outro pouco. Teve vez que era só assim pra nós comer, depois que chegou o Bolsa Família agora dá pra alimentar os filhos”.(Margarida, 38 anos, viúva.)

No entanto, mesmo com a “ajuda do governo”, não há ausência total de ajuda da família. Margarida, por exemplo, sempre que precisa recorre à família: a mãe e a tia são aposentadas e nos momentos de “precisão”, ajuda-a e à sua família. Portanto, há uma valorização do PBF, que é considerado por Margarida “uma das melhores coisas que o governo fez para ajudar os pobres”. Com renda de R\$ 122,00, Margarida conseguiu financiar um sofá, mas recorreu à ajuda da mãe para comprar uma geladeira e reformar (rebocar e pintar) a casa de alvenaria.

Em pesquisa anterior com beneficiários do PBF, Castro et al. (2009) observaram que, com a renda do Bolsa Família, seu uso pelas famílias é mais frequente na compra de alimentos (79%) e de material escolar (75%). A aquisição de artigos de uso pessoal e de utensílios para o lar foi assinalada por aproximadamente 60% dos entrevistados. Ou seja, 60% das famílias utilizam a renda para compra de algum bem de uso para a casa. De certa forma, entre os beneficiários, o principal uso da renda do PBF é na compra de alimentos.

Para as famílias proprietárias da terra, que produzem grande parte do que consomem, mas em pequenas quantidades, o Bolsa Família ajuda a “complementar a feira”. O feijão, a farinha, as hortaliças, as frutas, o milho (para manter a criação de galinhas, porcos e o gado) raramente são comprados nas mercearias, pois são retirados da propriedade. Produtos de limpeza e higiene pessoal, açúcar, arroz e outros itens industrializados são adquiridos com o benefício do PBF. No entanto, para as famílias que não têm terra para cultivar, é o Bolsa Família que possibilita o acesso, sobretudo aos alimentos.

Geralmente a administração da renda do Bolsa Família é feita pelas mulheres. A larga predominância da mulher como responsável legal pelo recebimento do benefício é norma previamente estabelecida pelo PBF, que considera as mulheres como possíveis melhores administradoras desse recurso, por serem “melhor conhecedoras das necessidades do lar”. No caso do Norte do Estado de Minas Gerais, há uma importância ainda maior da mulher como titular do cartão e gestora do recurso, considerando que é muito comum entre as famílias pobres residentes naquele universo social a ausência do marido, que migra temporariamente para trabalhar sobretudo nas firmas goianas e paulistas, permanecendo um tempo considerável ausente do lar. Por isso, é comum a afirmação entre os entrevistados que Bolsa Família é “assunto de mulher”.

Os programas brasileiros de transferência condicionada de renda veem como foco prioritário a família como um todo, mas as mulheres, por seu papel ativo na esfera doméstica, tem tido papel ativo, tanto como titular do cartão do Bolsa Família quanto no cumprimento das condicionalidades impostas pelo programa e na gestão da renda. (MARIANO & CARLOTO, 2009). Entretanto, Mariano & Carloto (2009) consideraram que políticas sociais interferem diretamente na relação entre as mulheres e o Estado. Por serem beneficiárias de uma política social, essas famílias estão sujeitas às obrigações impostas pelo Estado. Mesmo que os beneficiários do programa sejam a família, e não o indivíduo, ou seja, a preocupação do PBF é com a pobreza da família e não apenas com a pobreza da esposa, do esposo ou dos filhos, as autoras consideram que o peso em relação ao cumprimento dessas condicionalidades recai quase sempre sobre as mulheres. As transferências condicionadas de renda “priorizam o repasse de renda às mulheres e envolvem-nas em uma rede de obrigações com as ações estatais”, (MARIANO & CARLOTO, 2009, p.15).

Dessa forma, quando a família é incluída no PBF, à mulher é designado o papel de representante do grupo familiar, ou seja, o grupo familiar é materializado simbolicamente pela presença da mulher. Com isso, acredita-se que o PBF aumenta a responsabilidade das mulheres com as crianças e os adolescentes, contribuindo para a cristalização dos papéis dos gêneros. Como geralmente essas condicionalidades do PBF estão relacionadas ao lar, Mariano & Carloto (2009) consideram que essas ações para o combate à pobreza “reforçam o lugar social tradicionalmente destinado às mulheres: a casa, a família, o cuidado, o privado, a reprodução”. Nesse sentido, o PBF estaria, na interpretação dessas autoras como destacado anteriormente tem reforçado lugares sociais marcados pelos papéis tradicionais de gênero, como a mulher focada nos cuidados com a família e com o lar.

Concordando com as opiniões acima citadas, é importante afirmar que na realidade do Norte do Estado de Minas Gerais, ser titular do cartão do PBF favorece, por exemplo, que as mulheres circulem mais pela cidade para recebimento do benefício, o que, em determinados casos, é uma oportunidade rara em que essas mulheres saem da “roça”. Além disso, por comprar os produtos e bens que serão consumidos pelo grupo familiar, a mulher passa a ter maior visibilidade em sua localidade de origem. A posse de um cartão magnético por parte das mulheres passa a ter efeitos não apenas monetários, mas também simbólicos.

Durante as entrevistas foi recorrente a afirmação, em todos os municípios visitados, de proprietários de terra não-beneficiários do programa de que, após a sua implementação, encontram maior dificuldade de conseguir trabalhadores fixos ou temporários. Conforme Sr. Joaquim, um agricultor de Januária (MG), o que ocorre depois de as famílias serem beneficiárias do PBF é que os componentes dessas famílias “não querem mais trabalhar na roça” e estão “mais preguiçosos”. Ao assistir as famílias, o PBF estaria causando a acomodação dos beneficiários do programa em relação ao trabalho, uma espécie de “efeito preguiça”. Na região um trabalhador recebe em média R\$ 15,00 por dia para “roçar a manga”, utilizando foice ou R\$ 8,00 para “descarregar” um forno de carvão. Esses valores variam conforme a demanda e, geralmente, são combinados previamente entre contratador e contratado. Tanto nos trabalhos esporádicos como nos fixos, a carga horária e o salário são discutidos oralmente. Um “tirador de leite” trabalha meio período, porém de domingo a domingo, recebendo não mais que um salário mínimo. Um jovem de 19 anos trabalha diariamente como “tirador de leite” e recebe mensalmente pelo trabalho o valor de R\$ 235,00 mais o almoço. Uma empregada doméstica que trabalha de segunda a sábado em uma comunidade rural em

São Francisco (MG) recebe mensalmente R\$ 80,00. Como exemplo, Sandra, de 27 anos, empregada doméstica, trabalha para ganhar mensalmente R\$ 80,00 porque não há possibilidade de ter outra fonte de rendimento e planeja, ao passar a ser beneficiária do PBF, deixar o emprego de doméstica, pois “trabalha muito, sofre muito e ganha pouco”.

O norte do Estado de Minas Gerais é marcado por um histórico de compadrio e paternalismo. Resgatar biografias e entender trajetórias sociais, sobretudo entre os mais idosos, que trabalharam para os grandes proprietários de terra, baseado no favor por terem cedido à família um pedaço de terra para moradia. Como pagamento eles recebiam um prato de comida e o direito de permanecer no chão de morada. Com o Programa Bolsa Família e a garantia de um rendimento para a compra de alimentos, os trabalhadores passam a exigir um pagamento maior por trabalhos consideravelmente degradantes, como exemplo nas carvoarias. Entretanto, mesmo exigindo por um maior pagamento pelo seu trabalho, esses beneficiários do Bolsa Família permanecem inseridos no mercado de trabalho informal. Mesmo nesse ambiente econômico é possível identificar um fenômeno relativo à ampliação de uma autonomia do indivíduo e a ampliação de suas capacidades de realizar escolhas.

Se o Bolsa Família permite resolver problemas consideravelmente imediatos como a compra de recursos materiais básicos como a alimentação, há no indivíduo uma consciência que se o contratante não ira pagar mais pela diária, opta-se por não aceitar a empreitada até que surja um trabalho, ainda que temporário, melhor remunerado, mesmo que bastante degradante. Ironicamente, os próprios grupos que criticam os pobres pela indolência/preguiça, são os mesmos que tentam explorar essa mão de obra, não assinam suas carteiras de trabalhos, querem pagar valores simbólicos pelas diárias e não querem, na ausência dessa mão de obra, realizar os serviços que os próprios pobres realizam.

Como a região é marcada pelo baixo dinamismo do mercado de trabalho, é considerável a eficiência dessa transferência de renda na redução da indigência, mas a atuação do programa, por si, não é suficiente para a redução da pobreza.

Com o envelhecimento da população rural e com a extensão dos direitos previdenciários, a literatura demonstra que os idosos tiveram, mediante benefícios não-contributivos, um aumento na sua renda, o que influencia consideravelmente na redução da pobreza, impactando significativamente na vida de seus familiares, na qualidade das casas em que habita, na qualidade e quantidade da alimentação, na dinamização de economias locais, na produção agrícola (quando se trata de famílias proprietárias de terra), enfim, nas condições de vida das famílias (SABOIA 2004; DELGADO & CARDOSO JR., 2004; BELTRÃO ET AL., 2005).

As aposentadorias rurais e pensões garantem uma estabilização da renda familiar, possibilitando que as famílias melhorem suas residências, comprem bens materiais duráveis (carros, móveis e motos) e de consumo imediato (alimentos, roupas, calçados, entre outros), sendo que os principais gastos do benefício são com a compra de alimentos, seguido do pagamento de tarifas de água e luz. Essa melhoria nos rendimentos dos beneficiários e nas condições materiais aponta para a importância desses benefícios rurais como elemento que contribui para a delimitação da composição dos arranjos familiares. Contudo, um reflexo de relevância desse benefício social consiste na sua contribuição para a mudança do papel do idoso no seu próprio grupo, que passa de “dependente a provedor” (BELTRÃO ET AL., 2005). E, como as aposentadorias e pensões influenciam na melhora da renda do indivíduo, ela também afeta as condições de vida dos co-residentes com o beneficiário.

Para exemplificar a afirmativa acima, acumulando a aposentadoria e uma pensão, o Sr. Virgílio contribui mensalmente com R\$ 1.200,00 para o orçamento familiar, o que é uma soma considerável para um grupo de cinco pessoas (o casal, dois filhos e o Sr. Virgílio), que anteriormente detinha apenas um rendimento incerto da atividade agrícola e de “bicos” do marido e de Dona Ana como diarista. Entretanto, um dos pontos mais importantes no relato é o fato de que as filhas que residem na cidade pleiteiam cuidar do Sr. Virgílio, o que, para Dona Ana, encobre outra intencionalidade: a de administrar os rendimentos do idoso. Com a presença de um indivíduo aposentado na casa, ocorre simultaneamente mudança econômica e social do grupo familiar. A mudança mais instantânea ocorre com o aumento do rendimento familiar e, posteriormente, com a melhora nas casas e dos bens da família.

“Com a aposentadoria ficou muito melhor [...] a vida ficou mais fácil. Antes não tinha geladeira, a comida perdia. Agora é só “agazaiar” tudo na geladeira que não perde mais. Se eu não fosse aposentada, nem geladeira tinha. Com a aposentadoria, conseguimos quase tudo que tem hoje. Meu marido deixou a casinha, mais bem pobrezinha, muito ruizinha, mas fiquei dentro dela. Com a aposentadoria, comprei o material e reformei toda a casinha. Fiz um banheiro. Tinha que sair para trabalhar para os outros e comprar o que faltava. Faltava o arroz, o sal, o açúcar, uma misturinha. Tinha que trabalhar para comprar as coisas pra casa e nada que dinheiro dava, não sobrava nada, era pouco, mal dava pra comer. Agora é mais fácil, é ir à cidade tirar o dinheiro, comprar o que falta e não precisa eu trabalhar mais para ninguém, sofrer trabalhando pra ganhar pouco. A aposentadoria caiu do céu, graça a deus. Com ela eu compro de um tudo. Eu luto com ela [...] Com aposentadoria eu compro mais é comida para a família. Não gasto tanto com roupa nem tanto, mais é com comida. Roupa compro mais na época da festa. [...] Comprei uma mesa, um fogão, uma geladeira, um ferro elétrico. Depois da aposentadoria comprei tudo que precisa pra casa, à prestação, mais compro. A primeira coisa que comprei foi a televisão e depois a mesinha. Reformei a casa para ter mais conforto. Quando o tempo tá quente, tem a geladeira para esfriar a água pra gente tomar. Tem o ferro para passar a roupa, não é mais ferro de brasa. Tem agora a televisão pra ver a novela. Mudou tudo pra melhor” (Dona Maria da Glória, 67 anos, aposentada rural).

Outro impacto significativo desse rendimento benefício é nas economias locais, sobretudo no comércio. Como afirmado anteriormente, a renda dos aposentados é, em grande parte, gasta com alimentação. Uma conversa com os comerciantes comprova a importância dos aposentados e pensionistas para o comércio local. Para os comerciantes, o diferencial do rendimento dos aposentados é que esse benefício é regular, ou seja, o aposentado sempre terá uma renda, o que facilita a “venda no fiado” pela garantia de pagamento futuro. Por esse fato, ser beneficiário da previdência rural é fundamental para a concretização de uma compra no “fiado”. Além disso, apesar de os aposentados realizarem compras em pequenas quantidades, eles “sempre voltam”.

“Eu sofria tanto [...] criei meus filhos na enxada, trabalhando na roça. Ficava no meio do tabuado, pegando tábuas pra fazer esteira pra família deitar e era a cama. Fazia cama de esteira pra família e para vender. O que tinha de gente pobre nesse mundo não era pouco não. Deus ajudou que foi acabando a pobreza, foi acabando a pobreza. Hoje mudou muito. Já trabalhei na roça igual homem pra criar os filhos. Fazia sabão de tingui. Saía longe pra pegar tingui, hoje os pés de tingui tá tudo carregado,

ninguém quer saber de tinguí mais não. Trabalhava na roça igual homem. Plantava milho, feijão, mandioca, feijão, fava, planta o que deus deixava. O que Deus dava [...] Era Deus que não deixava o povo morrer de fome. Agora nem precisa mais esperar, é só ir à mercearia e comprar o que falta [...] se ainda não chegou o benefício é só ir lá e pedir pra anotar no caderninho e pagar no início do mês”[grifo do autor]. (Dona Dorinda, 61 anos, aposentada rural).

Como benefício da previdência rural, inclusive estendido às mulheres, ocorreu uma estabilização dos ganhos monetários do indivíduo, o que refletiu na economia familiar, no comércio local (farmácias, supermercados, açougues, lojas de material de construção, dentre outros) e na vida de todo o grupo familiar. Esse apontamento sugere que os benefícios não-contributivos dão importante “fôlego” aos comércios locais.

O direito das mulheres trabalhadoras rurais à aposentadoria por idade, independentemente de o marido já ser beneficiário ou receber pensão por falecimento do cônjuge, insere-se na expansão da previdência social rural social (BRUMMER, 2002; ZIMMERMANN, 2005). Entretanto, ainda que a previdência rural brasileira tenha universalizado o acesso ao benefício, o que ocorreu ao longo dos anos 1990 foi um “represamento de benefícios” (BRUMER 2002, p.68) da previdência rural, com uma alteração nos procedimentos praticados pelo INSS, tornando as exigências para a aquisição do benefício mais rígida como tentativa de diminuir o número de benefícios fraudulentos e o aumento generalizado do benefício.

Como afirma Brumer (2002, p.69), entre as novas exigências do INSS, passou a ser exigida a partir de 1996 a apresentação de documentos comprobatórios para atestar os anos trabalhados, entre os quais estavam o Cadastro de Propriedade do Imóvel no INCRA, o Contrato de Arrendamento e o Bloco de Notas de venda da produção. No entanto, grande parte desses documentos dificilmente é emitida em nome das mulheres cônjuges, o que dificulta seu acesso à aposentadoria rural e também dos trabalhadores menos instruídos, dos diaristas e dos boias-frias, enfim dos mais pobres. Esse aumento no grau de seleção dificultou o acesso das mulheres ao benefício, uma vez que elas têm maiores dificuldades em apresentar os comprovantes exigidos pelo INSS (ZIMMERMANN, 2005).

No norte do Estado de Minas Gerais, a maior presença de mulheres que acessam a previdência social não é apenas resultante da maioria quantitativa de mulheres com a possibilidade de acessar esse direito pela idade, mas também porque elas têm consciência desse direito, se mobilizando para o recebimento de um benefício social que é garantido constitucionalmente. Para isso, acionam advogados, o Sindicato Rural de São Francisco (com provas documentais) e professores da comunidade (provas testemunhais) para comprovar que trabalham ou trabalharam com a enxada e a foice, ou seja, que são trabalhadoras rurais.

A população idosa pesquisada tem papel expressivo na redução da pobreza rural. Esses beneficiários ao terem uma renda da aposentadoria muitas vezes acumulada com pensão e renda do trabalho, com valores de pensão e aposentadorias equivalentes ao salário mínimo vigente, essa sua incorporação na seguridade social tem forte impacto simbólico, já que, ao serem incorporadas à previdência rural, essas pessoas adquirem uma conta no banco e um dinheiro pessoal, posteriormente revertido em benefício da família.

Outro reflexo da aposentadoria rural é na própria atividade agrícola. Exceto os casos de indivíduos com deficiência física ou mental, os aposentados, ao obterem o benefício, permanecem no trabalho na roça. Ademais, esse trabalho na roça é um

importante fator que dá sentido à existência social desses homens que muitas vezes tiveram apenas na roça sua forma de labuta durante toda sua vida.

É importante ressaltar que o sistema previdenciário possui duas funções primordiais: primeiro, repor os rendimentos do segurado no período de inativo e, segundo, combater a pobreza, evitando que os idosos fiquem sem rendimento nessa determinada fase do ciclo de vida em que se encontram e que, por questões físicas e convenção social, já não devem ser expostos ao trabalho. Nesse sentido, torna-se importante afirmar a função desse programa para a estabilização da renda familiar a partir do relato de um agricultor.

“Com a aposentadoria, melhorou muito porque antes eu não tinha dinheiro fixo. Hoje já pode contar, confiar que pode ter o dinheiro naquele dia. Facilita demais. Saber que tem o dinheiro pra comprar as coisas, saber que tem a renda certa é outra coisa [...] antes não podia confiar no que plantava [...] colocava a semente na terra mais às vezes não vem. Aposentaria preocupa menos [...] Com o dinheiro da aposentadoria deu pra comprar mais coisas, mais bens [...] deu até pra reformar casa e financiar a moto e um desintegrador”
(Dimas, 63 anos, agricultor).

O Sr. Dimas, pequeno proprietário da terra, permaneceu na atividade agrícola mesmo após se tornar um aposentado rural. Um dos impactos da aposentadoria é na estabilização da renda, importante, sobretudo, para as famílias que têm a roça como sua fonte de renda, mas que estão sujeitas às oscilações estruturais e conjunturais da atividade agrícola. Ao afirmar que utilizou a renda do benefício para a compra de um desintegrador, o Sr. Dimas aponta para outro elemento: o uso do benefício da previdência rural como “fomento” ao investimento na atividade agrícola. Com escasso apoio à agricultura familiar, uma das funções que recursos previdenciários estão assumindo no país entre os pequenos agricultores é uma espécie de “seguro-agrícola” (DELGADO & CARDOSO Jr., 2001) uma vez que o benefício permite a “subsistência familiar” e o investimento na pequena produção, ainda que “esse benefício não seja sucedâneo do seguro agrícola clássico”. Dessa forma, os autores apontam que no país a previdência rural, pela sua regularidade, segurança e liquidez monetária, desempenha também o papel de ampliação das oportunidades de permanência das famílias no campo e na atividade agrícola, expandindo e sustentando consideravelmente as estratégias das famílias de se manterem na agricultura, com a manutenção das atividades agrícolas, tanto no intuito de produção para o autoconsumo quanto para a geração de excedentes comercializáveis.

Para os aposentados rurais proprietários de terra, com esse benefício, muitas vezes é possível a ampliação da atividade agrícola mediante contratação de empregados, funcionários fixos ou temporários, que os auxiliam principalmente na limpeza da roça ou nos cuidados dos animais da “manga” (as matrizes leiteiras, os animais de carga, assim por diante), no plantio de sementes nos períodos de chuvas, na colheita e na construção de cercas.

As rendas das aposentadorias e pensões ao serem aplicadas às despesas da casa, como alimentação, compra de roupas, pagamento de contas simples como água e luz, na aquisição de carros e motos (que interfere na própria circularidade dos membros das famílias entre o campo e a cidade), na melhoria das casas (com a expansão das

residências, substituição de tetos de palhas ou de outros materiais por telha, “rebocamento” e pintura das casas) e na compra de móveis para a residência, interfere consideravelmente nas condições de vida dessas famílias, uma vez que o aposentado rural contribui para que sua família se diferencie das demais que não possuem renda estável. Diferente dos outros sítios onde não há aposentados, não há a mesma qualidade na construção das casas. No caso desse sítio, nas duas salas da residência, há dois móveis seminovos, uma televisão, uma mesa e um sofá recém-comprados. As paredes da casa foram recém-rebocadas e pintadas. A existência das duas salas é recente, pois foram construídas após a reforma e a ampliação da casa para melhor acomodar os novos moradores: o filho, a nora e os netos.

Um dos efeitos das aposentadorias e pensões não é somente econômico, pois também eleva a autoestima dos aposentados, que percebem sua importância para seu grupo familiar. Os idosos que antes dependiam da “caridade” dos familiares e que sentiam ser “um peso na vida de seus familiares”, por depender deles para algumas atividades simples, como banho e troca de roupas, com a aposentadoria passam a ter importância para seu grupo familiar.

Os aposentados são considerados pelos comerciantes locais como “bons compradores”, o que significa compras regulares e que, por ter renda estável, sempre irão retornar para a realização de novas compras, o que significa também na dinamização do comércio local, pelo poder de compra dos idosos após a aquisição do benefício. A injeção das aposentadorias rurais e as pensões são um importante elemento a ser considerado na dinamização da economia local. Com o pagamento desses benefícios, os comerciantes locais percebem efeito imediato no aquecimento das vendas no comércio municipal. Como os aposentados tendem a realizar suas compras nos locais onde fazem o saque mensal da aposentadoria, as compras de mantimentos são realizadas principalmente na sede do município de São Francisco ou nas sedes dos distritos e vilas.

Numa região onde, por questões geoclimáticas, a lavoura é instável e o trabalho na roça não resultará necessariamente numa renda para a família, muitas vezes cabe aos idosos, com seu benefício mensal, garantir a manutenção do seu grupo familiar. A presença e importância dos aposentados extrapolam o espaço doméstico. Com o recurso do benefício, esses indivíduos ajudam os vizinhos em dificuldades financeiras (com alimentos, roupas e até mesmo dinheiro) e participam ativamente (não necessariamente em todos os casos) das festas religiosas e dos leilões. Devido à estabilidade de sua renda, o indivíduo com o recurso da aposentadoria possibilita maior impacto positivo na condição de vida dos seus familiares. A aposentadoria provoca também transformações nas relações interpessoais, sobretudo entre os idosos e seus familiares. Para esse indivíduo, ser aposentado representa uma mudança em sua posição social, o que atinge sua autoestima e modifica a forma com as pessoas que o cercam o percebe. O aposentado e pensionista não é apenas um indivíduo que pode possibilitar melhores condições de vida para a sua família, mas também influencia na relação com os outros (com os vizinhos, com as ajudas esporádicas) e na própria comunidade, pois é um indivíduo que injeta dinheiro na economia local, possibilitando até mesmo a existência de tantos estabelecimentos, sobretudo as mercearias.

Breves considerações finais

Para o caso brasileiro, a ampliação de políticas sociais para regiões carentes impactam consideravelmente nas dinâmicas sociais e econômicas das famílias rurais,

possibilitando a emergência de novas dinâmicas nas economias das unidades familiares e/ou grupos domésticos, permitido pelos rendimentos não-contributivos, como exemplo, o Programa Bolsa Família (PBF) e as aposentadorias rurais e pensões.

Dessa forma, percebe-se que as políticas sociais possibilitam que as famílias em condições de miséria e pobreza tenham pelo menos um nível digno de vida com essas políticas sociais. Os gastos do Bolsa Família com a alimentação familiar e a compra de outros bens (como vestimentas) apontam para uma possibilidade de melhoria nos níveis de conforto dos indivíduos e das famílias beneficiárias do programa e amplia o campo de possibilidade de saída desses grupos sociais da condição de miséria. Esses rendimentos somados às rendas não-agrícolas interferem nos significados da mobilidade espacial, condicionando inclusive a permanência de populações rurais com fortes tendência migratórias em suas localidades de origem. Entretanto, nessas localidades, a dificuldade de acesso ao mercado de trabalho e ao ensino formal tem sido um dos grandes entraves à eliminação da pobreza econômica no Brasil (inclusive nas sociedades rurais). Nesse sentido, a pobreza econômica, um fenômeno socioeconômico multideterminado e multifacetado ainda é bastante expressivo na realidade brasileira.

Referências

CASTRO, Henrique. et al (2009). Percepções sobre o Programa Bolsa Família na sociedade brasileira. **Opinião Pública**, vol.15, n.2, Campinas, Nov. 2009.

DUARTE, Gisleia. *et. al.* (2008) Impactos do programa Bolsa Família sobre os gastos com alimentos de famílias rurais. **Revista da ABET**, Recife(Brasil), v. VII, 2008.

FORTES, M. (1958) Introduction. In: Goody, Jack (Ed.). **The Development Cycles In Domestic Groups**. Cambridge University Press, 1958.

NERI, M. C. **A Nova Classe Média: O lado brilhante da base da pirâmide**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Saraiva, 2011. v. 1. 311p

Pochmann, Marcio (2012). **Nova Classe Média ? : O trabalho na base da pirâmide social brasileira**. Boitempo, São Paulo (Brasil).

SAMPAIO JR, Plinio (2012). Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 112, p. 672-688, out./dez. 2012.